

Sem recurso vazio e vaidade, Justiça pode se tornar eficiente

Cada dia é mais crescente a necessidade que todos temos de informação e de uma espécie de sentimento de urgência que se incumbe dela. Relacionado a isso, temos a questão da (tão mencionada) morosidade da Justiça e das inúmeras possibilidades de procrastinar o exercício efetivo dela com um sem número de recursos e pseudo-providências.

Aliado a todas essas possibilidades, discute-se sobre ética e moralidade, como se a idéia de uma e de outra estivesse dissociada das questões debatidas numa sociedade que busca enaltecer-se às custas de uma vaga idéia de passado, composto de méritos por uma angústia generalizada sobre a vaidade e o autoritarismo.

O profissional do Direito, qualquer que seja ele, precisa se esvaziar desse temerário sentimento de poder que nos invade quando conhecemos um pouco mais que os outros sobre as leis que nos regem, para que, com clareza, seja possível delimitar o ponto chave entre a procrastinação vazia e sem sentido e a necessidade real (e leal) da busca pela reforma de uma decisão judicial eivada de equívocos ou de entendimentos entediantes.

É necessário (e precioso) buscar dentro de si mesmo, pessoa humana e com necessidades humanizadas, o valor de cada questão, questionando-se, na seqüência, sobre o quanto de necessidade real há na desvalorização de uma decisão, apenas por que se pretende espernear por uma resposta mais adequada à nossa (cada dia mais) necessidade de vitória em (quase) tudo que é realizado.

Não é fácil — nem cômodo — estar diante de alguém que nos incumbe como porta-vozes de sua insatisfação e necessitar dizer a verdade que, certamente, não é a versão mais bacana de ser ouvida. Nem diante de nós mesmos.

Mais difícil ainda negar cumprimento a uma tarefa que nos aflige num momento em que ela pode representar a diferença numérica num mês menos generoso. Contudo, faz-se cada dia mais urgente a capacidade que o homem tem de informar-se não apenas daquilo que lhe é externo, mas, sobretudo, daquilo que, por não ser aprendido, lhe é mais aprimorado, a sua capacidade de discernir entre o economicamente rentável e o moralmente oneroso.

A lentidão da Justiça é um problema real e cheio de nuances técnicas. Mas, a lentidão das consciências nos parece tão grave quanto.

Se menos é mais em tantas coisas, talvez menos recursos vazios, menos vaidade, menos folhas recheadas de quase nada signifique, num futuro próximo, uma Justiça com jota maiúsculo mais rápida e muito mais consciente do seu papel social. E isso nos interessa muito.

Date Created

12/03/2006